



BRASIL/POSSE

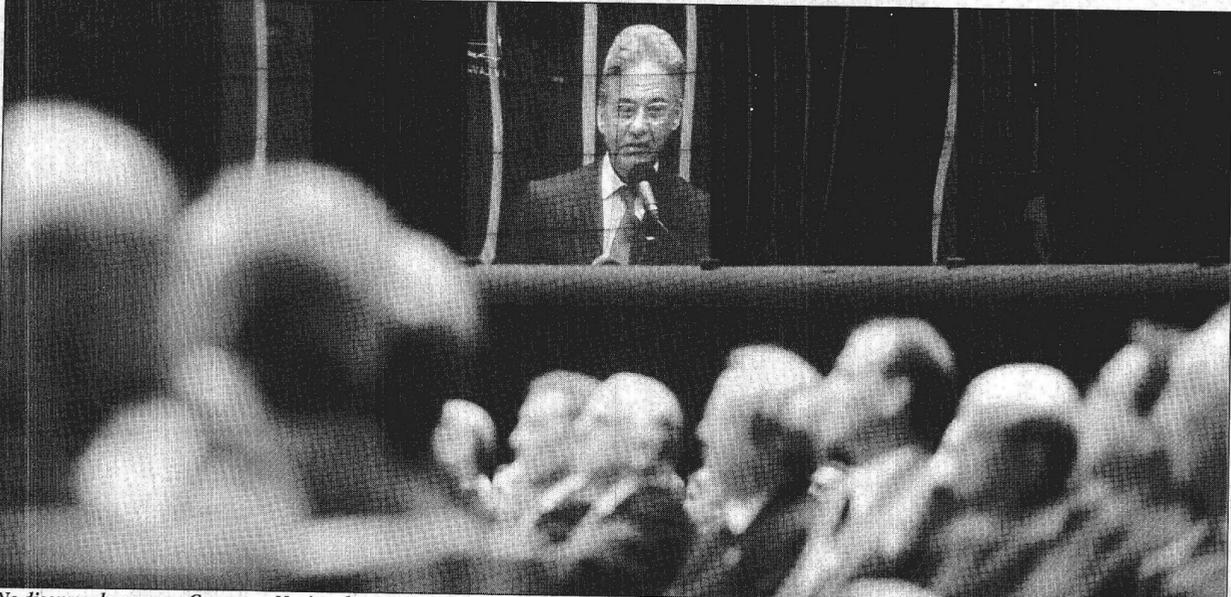
“ANTES ERA A INFLAÇÃO E A CONCENTRAÇÃO DE RENDA. DEPOIS, FOI A ESTABILIDADE, COM O INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA”

Fernando Henrique Cardoso

EM SEU DISCURSO DE POSSE, O PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE EXALTOU AS PRINCIPAIS CONQUISTAS DOS SEUS QUATRO ANOS DE GOVERNO. E FALOU DO REAL E DA ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA COMO FORTES ARMAS PARA COMBATER AS DESIGUALDADES SOCIAIS. REPETIU ALGUNS TEMAS E ATÉ REFERÊNCIAS DO DISCURSO QUE PRONUNCIOU HÁ QUATRO ANOS. MAIS UMA VEZ, PROMETEU COMBATER OS PRIVILÉGIOS E VOLTOU A FALAR NAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS, NO DESEMPREGO E ATÉ NO POLÍTICO E ESCRITOR JOAQUIM NABUCO. EM 1995, POR EXEMPLO, FERNANDO HENRIQUE DIZIA QUE, SEM A AJUDA DO CONGRESSO PARA APROVAR AS REFORMAS, “AS BOAS INTENÇÕES MORREM NOS DISCURSOS”. ONTEM, ELE — QUE TEVE DIFICULDADES DE RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NO SEU PRIMEIRO MANDATO — PROMETEU COMPLETAR AS REFORMAS. “NÃO SÓ A PREVIDENCIÁRIA E A ADMINISTRATIVA, MAS A TRIBUTÁRIA, A POLÍTICA E A JUDICIÁRIA”.

DISCURSO REVISADO

Jorge Cardoso



No discurso de posse no Congresso Nacional, o presidente Fernando Henrique enfatizou as conquistas do Real, como a redução das desigualdades sociais

Em 1995, FHC não acreditava que a economia brasileira pudesse sofrer tal abalo. Previra para o País “um longo período de crescimento”, afirmando: “As condições internacionais são favoráveis”. Reservava ao Brasil um lugar “entre os países bem-sucedidos do planeta no próximo século”.

Compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar. Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como nos campos, que, com o voto, sufragaram as idéias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.

Sei da responsabilidade que assumo. Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um novo mandato, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir de mim mais do que de qualquer outro presidente antes. Empenharei toda minha capacidade e dedicação para corresponder à expectativa da nação brasileira.

Estou pronto para a nova jornada, renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender dos acertos e dos erros de meu primeiro mandato.

Nos últimos anos o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem número de portos e aeroportos. Promoveu um saldo na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações.

Mas quando falo em mudança penso em algo mais profundo, que toca o cotidiano dos brasileiros e melhora suas vidas. Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite, que sempre pôde tudo. Milhares realizaram a aspiração legítima de comprar a casa própria ou morar com mais conforto. Outros perceberam que a ação solidária dos governos e das prefeituras, de pais e de mestres, está promovendo uma transformação nas escolas e uma esperança de melhor qualidade no ensino.

Na saúde, mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde da família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal, gratuito e de qualidade, como prescreve a Constituição.

Não obstante todas estas transformações, muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam a reconhecer que estamos avançando, competindo e nos adaptando aos novos tempos, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura. Estas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida.

Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda. O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir.

O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade. Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo, mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos.

O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros. Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. O mundo se torna mais relevante para o bem estar dos brasileiros.

Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros tomam-se também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros países. Mais do que nunca, é necessário que o Brasil

saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais. O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento.

É o que estamos fazendo no Mercosul. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Européia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África. O Brasil está assim consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.

Nossos desafios continuam imensos. Mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente. Daqui para a frente, a nossa tarefa é dupla. Preservar as realizações e partir para novas conquistas. A continuidade delas é indispensável, pois a esperança do povo é como a do semeador, na frase de Gilberto Amado: “Ao lançar a semente sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga”.

Estamos fazendo um acerto de contas com o passado e tratando de impedir que a prosperidade que resulta da ampliação dos fluxos de capitais, conhecimentos e tecnologia venha contaminada pelo vírus da exclusão. Reunimos as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo.

O objetivo central do Governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar o mercado aumentando a competição e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros. Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado. Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.

Faz pouco tempo, a “opinião pública” era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do Governo buscam atender a esta maioria, mesmo contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios.

A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela. A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem aos que mais precisam e não, como sempre foi, aos que mais têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais.

No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado. Nossos partidos, que desde o Império eram instituições do Estado, mais do que da sociedade, precisam modificar-se para serem instituições da sociedade. Só assim se revitalizarão e poderão estar em sintonia com a sociedade, evitando a crise da representação política, que grassa no mundo atual.

A democracia que queremos ter é a do diálogo plural, dentro do respeito à diferença, à crítica e à alternância no poder. Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva. Não me intitulo senhor de um caminho único. Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convencerem de que a alternativa é melhor para o País. Alegro-me de que o diálogo com a oposição já se tenha iniciado. Sei que temos divergências, em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.

O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria. Este apoio, recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo. Eles certamente apoiaram no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores. Completaremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária.

Confio nesta Casa, expressão maior da soberania popular, à qual me orgulho de ter pertencido. O Congresso deu expressiva contribuição às transformações do País nos últimos quatro anos. Homenajeio a todos os seus membros na pessoa de um de seus mais precoces e maiores líderes, o meu inesquecível amigo Luís Eduardo Magalhães, que ao nos deixar nos legou o exemplo de sua competência, visão e amor ao País.

Não há democracia onde subsiste a violência. Onde ainda são desrespeitados direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios. Avançamos nesta área. É inegável. Mas temos que fazer mais. O desafio está em transformar os valores e as normas em prática cotidianas.

Não fui eleito para ser o gerente da crise, mas para superá-la

e cumprir minhas promessas de campanha. Continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Prosseguir com firmeza na privatização. Apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas.

Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso. A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa. Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o emprego.

O Brasil continuará a desempenhar papel ativo na revisão da arquitetura do sistema financeiro internacional. Não podemos aceitar que aplicações especulativas, por não estarem submetidas a qualquer tipo de supervisão ou ordenamento, desarticulem o processo produtivo e constituam ameaça recorrente às economias nacionais.

Mas também temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos. Enquanto não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pago, preço elevado. Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para por fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.

A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam.

Preocupa-me o desemprego. Como acontece ao início de cada ano, a taxa de desemprego poderá elevar-se. Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso, para quem perde o seu emprego.

Os ministros receberam uma orientação: concentrar a competência de suas equipes e os recursos de suas pastas nos projetos que abram novas oportunidades de trabalho e renda, especialmente para os jovens; na extensão do crédito à pequena empresa; na qualificação do trabalhador; e na assistência ao desempregado.

O Brasil sairá fortalecido da crise. As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade de ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos que gerarão crescimento e empregos.

Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante desta conjuntura desfavorável: “A vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido”.

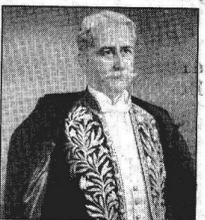
De pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade social. Este quadro tem que ser revertido. Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia e com a melhoria da qualidade da educação pública, de modo a proporcionar aos desfavorecidos a oportunidade que nunca tiveram.

Nossas políticas públicas em educação, saúde, habitação, saneamento melhoraram. Os indicadores, em cada uma destas áreas, comprovam o progresso alcançado. Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam. Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam. Esta é uma revolução. A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e apontar um golpe fatal à desigualdade que reproduzimos desde as eras coloniais.

Em breve completaremos 500 anos. Este será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser. Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros. Um País que venceu o autoritarismo e implantou a democracia, domou a inflação e está construindo a estabilidade tem agora o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária. O rumo está certo. As políticas são coerentes. Já começam a dar resultados. Serão reforçadas. Retificadas quando necessário.

Pertencem a uma geração que desde cedo sonhou com a reforma social em nosso País. Ansiava por participar dela. Foi ativa na Universidade, tanto nas salas de aula, como nas ruas. Lutou contra o arbítrio. Com a redemocratização, viu renascerem as esperanças de mudar o País. Com a estabilidade da economia, percebeu que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor. A vontade nunca faltou. Ela continua firme.

O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa. Esta é a esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiros e de brasileiros que encontro em minhas viagens pelo País. Estas são as vozes que ouço nas ruas. Esta foi a missão que recebi das urnas. Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sergio Motta. “Não se apeneque. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País.” Assim farei. Muito obrigado.



O presidente volta a comparar-se ao político e escritor Joaquim Nabuco (1849-1910). Em 1995, FHC disse que Nabuco “pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um mandato da raça negra”. “Mandato que não era dado pelo escravos, mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim.”

A geração de empregos viria “com a retomada do crescimento”, anunciada no discurso de 1995. Quatro anos depois, o presidente refaz, um pouco mais enfático, a mesma promessa do primeiro mandato: “O governo estará empenhado em programas e ações para gerar empregos”.



Há quatro anos, FHC disse que seria preciso “mexer” num vespeiro para fazer as reformas estruturais. Mas fazia uma ressalva: “Sem que o Congresso aprove as mudanças nas leis e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos”.

Em 1995, FHC já prometia governar “para todos”. E que se fosse preciso acabar com privilégios para fazer justiça à imensa maioria, que ninguém duvidasse: ele estaria do lado da maioria. “O desenvolvimento de um país se mede pela qualidade da atenção que dá à sua gente.”

De 1995 para cá, FHC atualizou o discurso sobre sua formação. Lá ele lembrava o pai Leônidas Cardoso, general da campanha “O Petróleo é nosso”, e o avô abolicionista e republicano; aqui ele insere no contexto os termos “reforma social” e “estabilidade na economia”.